

A Abong na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Brasília, junho de 2004.



A Abong na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Brasília, junho de 2004.



ABONG

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) foi fundada em 1991, com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Conselho Diretor (2003-2006)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral
Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretor de Relações Internacionais
Sérgio Haddad

Diretora de Desenvolvimento Institucional
Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia

Diretor de Relações Institucionais
José Antônio Moroni

REGIONAIS ABONG

Regional Sul: RS, SC, PR
Francisco de Assis da Silva
Centro Eumênico de Evangelização,
Capacitação e Assessoria (CECA)
Rua Paraná, 818 - São Leopoldo - RS
Caixa Postal 1075 - Cep: 93121-970
Tel.: (51) 568-2548 - Fax: (51) 568-3565
E-mail: xico@ceca-rs.org

Regional Sudeste: RJ, ES, MG
Tatiana Dahmer Pereira
Fase Nacional
Rua das Palmeiras, 90
CEP 22270-070 Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2286-1441 - Fax: (21) 2286-1209
E-mail: tdahmer@fase.org.br

Regional São Paulo: SP
Antonio Eieilson Leite
Ação Educativa
Rua General Jardim, 660
CEP: 01223-010 São Paulo - SP
Tel/fax: (11) 3151-2333 ramal 149
E-mail: abongsp@uol.com.br

Regional Nordeste I: PB, PE, AL
Álvaro Pantoja / Mônica Oliveira
Centro Nordestino de Animação Popular (Cenap)
Rua Guimarães Peixoto, 309
52051-200 Recife - PE
Tel/fax: (81) 3442-9769
E-mail: abong@cenap.org.br

Regional Nordeste II: BA, SE
Damien Hazard
Vida Brasil - BA
Endereço: Rua da Mouraria, 74
Cep: 40040-090 Salvador - BA
Fones: (71) 322-3875 / 321-4382
E-mail: abongne2@uol.com.br

Regional Nordeste III: PI, CE, RN

Lia Freitas Cavalcante
Cedeca Ceará
Rua Deputado João Lopes, 83 - Centro
Cep: 60110-000 Fortaleza - CE
Telefax: (85) 252-4202
E-mail: lia@cedecaceara.org.br

Regional Centro-Oeste: MT, MS, GO

Mônica Nogueira
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
SCLN CN 202 Bloco B Salas 101 a 106
Cep: 70832-525 - Brasília - DF
Fones: (61) 327-8085 - Fax: (61) 328-5933
E-mail: monica@ispn.org.br

Regional Amazônia: RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA

Maura Rejane Lameira de Moraes
Associação Paranaense de Apoio às
Comunidades Carentes (APACC)
Travessa 03 de maio, 1529 - São Brás
Cep: 66063-390 Belém - PA
Telefax: (91) 229-2210 / 229-3000
E-mail: abong@interconnect.com.br

EQUIPE ABONG

Assistente de Diretoria
Marcos José Pereira da Silva

Administrativo

Denize Cardoso Pereira, Tereza Heloína,
Kelly Cristina Vieira dos Santos,
Wanderley A. T. Figliolo

Comunicação

Denise Gomide
Neusa Dias
Cirto Lino dos Santos

Desenvolvimento Institucional

Helda Oliveira Abumanssur
Marcela Oliveira Scotti de Moraes

Coordenador Escritório Brasília

Alexandre Ciconello

Participaram desta publicação:

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia: organização e
coordenação editorial
Denise Gomide: editora responsável
Robson L. Pedroza: diagramação
Gráfica e Editora Peres: impressão

Sumário

Mulheres: sujeitos da democracia radical	07
<i>Taciana Gouveia</i>	
Abong entrevista a Ministra Nilcéa Freire.....	10
Universalidade, diversidade e especificidade nas políticas públicas para as mulheres.....	18
<i>Sérgio Haddad e Mariângela Graciano</i>	
Políticas para mulheres: relevantes se voltadas para fazer justiça	22
<i>Silvia Maria Sampaio Camurça</i>	
Igualdade: uma luta histórica das mulheres.....	27
<i>Nalu Faria</i>	
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: primeiro passo para reverter as desigualdades de gênero e raça.....	31
<i>Lúcia Xavier</i>	
Populações Indígenas: a questão de gênero e saúde.....	35
<i>Marina Machado</i>	

Mulheres: sujeitos da democracia radical

Taciana Gouveia¹

A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres tem significados políticos muito importantes para a sociedade brasileira e o principal deles é o reconhecimento político do movimento de mulheres como um sujeito da construção democrática e da justiça no nosso país. Isto significa reconhecer, no mesmo momento e movimento, que as desigualdades e opressões que historicamente têm marcado a vida das mulheres não podem continuar sendo tratadas como um problema menor, restrito ou secundário. Assim sendo, um outro sentido político que se destaca é a possibilidade de que esta I Conferência reconheça que as desigualdades entre mulheres e homens é um problema público e, portanto, diz respeito a todas e todos.

Esse duplo reconhecimento tem uma longa história de lutas, conquistas, avanços, ousadia, novas idéias e a construção de possibilidades de vida para as mulheres. Como afirmam Heller e Fêher (1998), "o feminismo foi, e continuou sendo, a mais decisiva revolução social da modernidade", na medida em que a autora e o autor consideram que a luta do movimento de mulheres/feminista se traduz na busca de indeterminabilidade de suas possibilidades e pelas precondições de sua autodeterminação. Em suas palavras, "em geral, as mulheres que lutam pelas precondições de sua autodeterminação também passam a ter uma sensibilidade mais intensa para todos os tipos de contestação que visam aumentar as possibilidades de autodeterminação".²

Com isso, Heller e Fêher não querem dizer que as mulheres, com base em uma "natureza dotada de bondade", sejam mais

solidárias com todas as outras situações de opressão e exclusão, mas, sim, reafirmar exatamente o contrário: por compreenderem as raízes sociais e políticas das injustiças a que estão submetidas e as articulações destas com as demais dimensões da desigualdade, o movimento de mulheres/feminista não pode, por princípio ético, pensar-se apenas como sujeito para si, pois é fundamental que seja, ao mesmo tempo, um sujeito do mundo e para o mundo.

Contudo, não tem sido fácil avançar nessa perspectiva - que implica alianças e parcerias com outros movimentos -, já que ainda é marcante a concepção de que nossas questões são específicas, havendo, portanto, algo da ordem do geral que, por assim sê-lo, tem mais importância e urgência. Tal situação limita, por um lado, a legitimidade do projeto político do movimento de mulheres/feminista e, por outro, reafirma um modelo de política pública que conserva mais do que transforma, que repete mais do que inventa, que constrange as possibilidades de efetivação de uma democracia radical.

Diante disso, a I Conferência defronta-se com um desafio crucial: a superação da concepção usual de políticas públicas, na medida em que esta tende a ser operada por meio de setorializações, enfrentando determinados problemas sociais de modo fragmentado e superficial. Longe de ser um mero problema de entendimento ou de prática, esta visão corresponde a um posicionamento político que busca isolar as dimensões macroestruturais daquelas denominadas questões sociais, desfazendo, nesse processo, os vínculos diretos e as múltiplas influências existentes entre esses âmbitos.

¹ Diretora de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional da Abong e coordenadora de educação do SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia.

² Heller, A. Fêher. *A Condição Política Pós-Moderna. Civilização Brasileira, São Paulo, 1998.*

A superação desta concepção levará ao entendimento de que as políticas públicas para as mulheres compreendem todas as ações estatais e que, portanto, dizem respeito ao bem comum, são do interesse e da responsabilidade de todas e de todos, não apenas por causa de seus impactos ou conseqüências, mas principalmente no sentido da sua formulação, implementação e controle.

Dito de outro modo, é necessário trabalhar com a noção de políticas públicas como sendo os modos por meio dos quais se efetivam os projetos político-econômicos de desenvolvimento, pois é com base em tais projetos que se constrói as possibilidades, ou não, de mudanças estruturais no sentido da igualdade e da justiça.

Analisando o atual contexto brasileiro, a possibilidade de promoção de justiça social e da superação da desigualdade de gênero encontra-se limitada em função das escolhas políticas e das alianças que dão sustentação ao governo Lula. Isto traz para o movimento de mulheres e seus/suas aliados/as o desafio de construir um processo de mobilização e articulação política que nos possibilite não cairmos na armadilha das políticas pontuais ou compensatórias, o que parece ser uma tendência forte no processo desta I Conferência.

Contudo, é importante salientar que essa tendência não é dada apenas pelas limitações do projeto político do atual governo, mas também pelo fato de serem as conferências um espaço público, onde estão presentes sujeitos com diversas concepções políticas e, muito provavelmente, opostas àquelas defendidas pelo movimento de mulheres/feminista.

Assim sendo, faz-se necessário que as ações e as questões apresentadas na I Conferência se constituam também em um espaço de disputa para a ampliação dos limites do projeto político governamental. Para isto, é preciso criar as possibilidades para que possamos avançar para além do

que está posto, garantindo as condições necessárias para que as conquistas que possam advir dessa conferência não sejam localizadas temporalmente na duração de um dado mandato, mas que demarquem os princípios, valores e conteúdos da ação estatal com vistas à superação da desigualdade de gênero, bem como ampliem a legitimidade do movimento feminista como um sujeito político central para a democratização da sociedade brasileira.

Em síntese, é preciso ir além do que se convencionou chamar de políticas públicas específicas para as mulheres – ainda que elas sejam necessárias – e, sim, ter clareza que as ações estatais, em todos os campos, têm de ser formuladas e desenvolvidas com base na premissa de que as desigualdades de gênero estruturam todas as dimensões da vida e, logo, em todas elas têm de ser enfrentadas.

Como decorrência, um princípio geral que deve resultar desta conferência é que o Estado brasileiro assuma como um compromisso seu e, conseqüentemente, de todas as instâncias, espaços e poderes que o constituem, a efetivação de ações que possibilitem a erradicação das desigualdades e injustiças que historicamente têm marcado a vida das mulheres. Isto significa que as resoluções e deliberações desta conferência não são de responsabilidade de uma secretaria, ministério ou do Poder Executivo Federal, mas, sim, que os Poderes Legislativo e Judiciário, em todos os âmbitos do Estado brasileiro, devem pautar suas ações em consonância com tais resoluções.

No entanto, para que tal princípio se efetive, é preciso que estejamos conscientes de que as disputas em torno dos projetos políticos que marcarão a I Conferência não começarão nem terminarão com ela, sendo necessário, contudo, que se garanta condições institucionais para o monitoramento e controle social da implementação dessas políticas. Isto significa propor novos mecanismos que possibilitem a ampliação da par-

ticipação da sociedade civil com mais poder e autonomia, especialmente para as organizações do movimento de mulheres/feminista.

Por outro lado, é necessário que as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, que têm seus projetos políticos voltados para transformação da sociedade brasileira, reconheçam que sem o fim da opressão, da discriminação e da exclusão a que estão submetidas as mulheres não há possibilidade de justiça e igualdade. Para tal, é fundamental que se construam alianças e parcerias com o movimento de mulheres/feminista, legitimando-o como um sujeito político imprescindível da radicalidade democrática.

E foi com o cruzamento desses dois sentidos – as mulheres como sujeitos políticos e as desigualdades de gênero como uma dimensão que estrutura a nossa sociedade – que a Abong construiu a presente revista. Com ela, buscamos contribuir para o debate das questões que estruturam a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como confirmar e ampliar o nosso compromisso com o movimento de mulheres/feminista para a superação das desigualdades de gênero.

São cinco textos e uma entrevista. Os textos são de autoria de cinco mulheres e um homem, que atuam em ONGs e movimentos sociais. Já a entrevista traz o pensamento da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em que pese a diversidade de temas e abordagens, as posições expressas na revista se encontram em três proposições: a) a importância da ação do movimento de mulheres/feminista como sujeito político da sociedade brasileira; b) a necessidade de articulação direta entre as políticas sociais voltadas para as mulheres e o conjunto das políticas de desenvolvimento; c) o reconhecimento da contradição entre os avanços ocorridos no plano formal dos direitos das mulheres e a sua não-efetivação em poli-

ticas públicas, o que impede, na prática, a realização da cidadania plena para as mulheres.

Porém, outras questões, tensões e análises também estão presentes nesta publicação, permitindo que formulemos novas possibilidades para a superação dos velhos problemas. Por isso, nossos agradecimentos a:

Ministra Nilcéa Freire, pela disponibilidade em debater conosco suas visões, análises e expectativas políticas para a I Conferência.

Sérgio Haddad e Mariângela Graciano, por nos fazerem pensar na *universalidade, diversidade e especificidade nas políticas públicas para as mulheres*.

Silvia Camurça, por sua afirmação de que *as políticas para as mulheres só são relevantes se voltadas para fazer justiça*.

Nalu Faria, por nos trazer o resgate da *luta histórica das mulheres pela igualdade*.

Lúcia Xavier, por acreditar que esta Conferência é o *primeiro passo para reverter as desigualdades de gênero e raça*.

Marina Machado, por nos revelar as dimensões contidas no trinômio *populações Indígenas, gênero e saúde*.

Para todas e todas, uma boa leitura.

Abong entrevista a Ministra Nilcéa Freire¹

Ao iniciar sua gestão na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em janeiro de 2004, a Ministra Nilcéa Freire assumiu os muitos e grandes desafios de ser a responsável por uma instância destinada a 90 milhões de mulheres, de várias raças, etnias e classes sociais. Mas a sua garra e a sua sabedoria são evidentes e a diversidade e os desafios sempre marcaram a sua trajetória. Graduada em Ciências Médicas, em 1978, Nilcéa Freire foi a primeira reitora de uma das grandes universidades do Brasil – a Universidade Federal do Rio de Janeiro – e também a responsável pela adoção pioneira de uma política de cotas para pessoas negras e estudantes de escolas públicas.

Em 2004, consagrado pela Lei 10.745/03 como o Ano da Mulher no Brasil, Nilcéa Freire também é a responsável por organizar e realizar a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

E foi sobre esses e outros desafios que a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres conversou com a Abong, em entrevista especial para esta publicação.

Abong: Ministra Nilcéa, como a senhora analisa a atual conjuntura brasileira para as mulheres?

Ministra: Não temos um quadro, hoje, mostrando que as mulheres no Brasil vivem no melhor dos mundos. No entanto, nós temos muitos avanços. No que diz respeito à legislação, ao estabelecimento de normas que assegurem direitos, o Brasil avançou muito. Isso ocorreu tanto por conta da pressão e da mobilização dos movimentos de mulheres

e feminista, como também impulsionado pela própria conjuntura internacional, por meio de diferentes acordos e tratados internacionais, dos quais o nosso País tem sido signatário. Desses acordos constam questões importantes como a da não-discriminação, a do combate à violência e a da igualdade de oportunidades. No entanto, esse arcabouço de direitos, no plano formal, não corresponde, na prática, a uma melhoria concreta da vida das mulheres. Se por um lado, atualmente, as mulheres têm, em média, uma escolaridade maior do que a dos homens, nós podemos dizer que o acesso é mais equilibrado e igualitário quanto ao acesso à educação; se temos mulheres, hoje, ocupando cargos importantes; se temos muitos empreendimentos e microempreendimentos conduzidos por mulheres; por outro lado, ainda temos muitas discrepâncias no que se refere à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Talvez tenhamos também comportamentos e percepções muito parecidas ou que reproduzem comportamentos do passado das relações entre homens e mulheres, no que tange à divisão sexual do trabalho e às relações na esfera privada.

Nós entendemos que hoje, no Brasil, é preciso transformar esse arcabouço formal, legal, de direitos em políticas, para que efetivamente seja possível mudar a vida das mulheres no cotidiano. Por isso, a importância de algumas iniciativas que esse governo vem adotando. Não basta assegurar, por lei, determinados direitos. É preciso que nossas leis sejam transformadas em políticas e que elas sejam colocadas em prática por meio de instrumentos com acessibilidade a todas

¹ Entrevista realizada por Denise Gomide, jornalista da Abong, em 26 de maio de 2004, em Brasília (DF).

as mulheres. O que nós temos percebido e discutido aqui, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é que a questão da equidade de gênero, cada vez mais, é colocada como pauta nas discussões gerais da sociedade e é incorporada na discussão das políticas – fato que, evidentemente, significa um avanço importante.

Se fizermos um panorama de todas as políticas e áreas do governo, em cada uma delas, podemos apontar problemas ligados à discriminação contra a mulher ou, no mínimo, problemas vinculados à não-percepção de que é necessário fazer um tratamento diferenciado para as mulheres em determinadas políticas. Isso, apesar de, às vezes, não ser decorrente de uma discriminação explícita, mas simplesmente da incompreensão de que as mulheres são diferentes, têm suas especificidades e de que é preciso tratar essas especificidades para que a igualdade de oportunidades possa efetivamente ser implantada. Por exemplo, na educação: atualmente, estamos menos preocupadas com o acesso e mais com o conteúdo daquilo que tem sido transmitido às crianças, aos jovens e às jovens. Assim, poderemos trabalhar para um futuro em que os aspectos culturais mais profundos possam ser superados, por meio de uma perspectiva não-sexista da educação e de uma educação mais inclusiva.

Nesse sentido, temos visto em algumas pesquisas recentes que jovens, de diferentes faixas etárias, expressam opiniões com valores muito impregnados pelo machismo. Isso foi constatado na publicação *Juventudes e Sexualidades*, de 2004, patrocinada pela Unesco, pela nossa Secretaria, pelos Ministérios da Educação e da Saúde (Coordenação DST/Aids) e pelo Instituto Ayrton Senna e conduzida pela Mary Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva. O levantamento detectou, entre outros aspectos, um percentual considerável de jovens

intolerantes com relação, por exemplo, à orientação sexual dos seus colegas, mostrando um comportamento homofóbico. Ainda mostrou que a negociação do uso de preservativos entre os jovens não é tão simples. Enfim, é preciso trabalhar este tipo de comportamento. Um outro fator, também apontado nesta pesquisa é que, muitas vezes, não falta informação à juventude. Contudo, o problema é de que maneira esta informação chega, de que maneira é ou não aceita e incorporada e não rejeitada como um assunto que vem das pessoas mais velhas, em uma linguagem pela qual a barreira geracional não permite que incorporem. Um outro estudo recente, do Instituto Promundo, realizado no Rio de Janeiro, tem gerado muito impacto, porque os jovens admitiram, por exemplo, a possibilidade de usar a violência contra as mulheres para defender a sua própria "honra". Por isso, na área da educação, direcionamos a nossa atuação nessa linha. Evidentemente que a questão do acesso é e sempre será importante, mas também é importante o processo de formação e de construção de uma abordagem pela qual se possa chegar efetivamente aos jovens e às jovens.

Um outro âmbito específico das políticas que devemos mencionar é o da saúde da mulher, área em que o nosso foco está centrado na sua percepção integral, em ações de saúde que olhem a mulher como um todo, que preservem, sobretudo, seus direitos sexuais e reprodutivos e que possam dar à mulher condições de vida plena. Nós estamos trabalhando com o Ministério da Saúde no Pacto da Nacional de Redução de Mortalidade Materna e Neonatal e na política de planejamento familiar do nosso governo, que tem como pressupostos básicos o direito de cada cidadã e de cada cidadão decidir livremente e ser informada e informado, com acesso sobre todo o elenco de métodos anticoncepcionais existentes,

para livremente optarem quando, como e de que tamanho querem a sua família.

Acredito também que podemos ter um eixo central que integre alguns aspectos de todas essas políticas. Por exemplo, para abordar a questão da violência contra a mulher, a questão da violência doméstica e sexual, estamos desenvolvendo, aqui na Secretaria, um eixo que trabalha a ampliação da autonomia das mulheres como questão fundamental. O objetivo é que elas possam ser incorporadas, de maneira definitiva, ao processo de desenvolvimento do país, possam influir politicamente e não se submetam a determinados tipos de agressão. No entanto, a ampliação da autonomia está ligada, evidentemente, às oportunidades de emprego, à geração de trabalho e renda. Para tal, estamos trabalhando com duas vertentes: uma, que se dirige àquele contingente de mulheres que está formalmente empregado. Para este contingente, é preciso trabalhar na linha da fiscalização, para que todos os direitos assegurados em lei se façam valer efetivamente no mercado de trabalho - e este é muito mais um trabalho de campanha e de atuação a ser feito com o Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa linha, estamos desenvolvendo um projeto, que lançaremos em breve e que fornecerá uma certificação para instituições e empresas que praticam uma gestão com equidade de gênero. Acreditamos que isso possa promover, estimular e incentivar uma boa prática com relação às mulheres.

Mas esse contingente de mulheres, que estão empregadas no mercado de trabalho formal, é o nosso menor público. A maioria das mulheres encontra-se na informalidade, na economia informal ou desempregadas. Por isso, a nossa atuação engloba também programas de capacitação: estamos na fase de recebimento de projetos de capacitação, tanto para mulheres urbanas quanto para

mulheres do meio rural; estamos também fechando um acordo com o Sebrae, para trabalhar na linha de capacitação de mulheres para terem microempreendimentos. Para as mulheres trabalhadoras rurais, uma das linhas em que estamos trabalhando é a da capacitação para informar sobre todos os aspectos necessários para o acesso ao crédito, como definir o perfil do seu empreendimento, da sua pequena produção. Também estamos trabalhando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em uma linha que eu considero importantíssima, absolutamente fundamental, e que não está diretamente ligada à geração de trabalho e renda: é a de dar cidadania plena às mulheres por meio da documentação. Para tal, assinamos um acordo com o MDA, a Caixa Econômica Federal, para que as mulheres tirem a sua documentação. Este acordo será inicialmente implementado entre todas as mulheres assentadas - e, somente entre elas, temos 41 mil mulheres que precisam ter documentos! Ou seja: não adianta nós produzirmos e formularmos políticas de acesso ao crédito, de titularidade da terra para as mulheres, se elas sequer têm o seu instrumento básico de cidadania que é a sua carteira de identidade, o seu título de eleitor, o seu CPF. Neste projeto, trabalharemos na mobilização e na construção dos mutirões, porque precisaremos de uma organização que faça esta campanha chegar onde deve chegar. Esta é uma meta ambiciosa, nós não queremos nenhuma mulher, neste país, sem documento.

E quando se fala que o Brasil tem mais de 90 milhões de mulheres, esta é a dimensão do pensar estrategicamente deste lugar de governo federal: tudo é grande, este país é enorme e tudo o que se pensa é para, no mínimo, alguns milhares. Isto é um desafio enorme, tanto pela dimensão dos números quanto pela diversidade desta população.

Abong: *Nesse sentido, como a Secretaria está conjugando, em suas ações, as diferenças de classe, raça e etnia?*

Ministra: Nós temos uma meta geral de governo: a meta da inclusão, ou seja, o nosso olhar é o olhar de todo o governo, que se dirige às pessoas que, tradicionalmente, foram excluídas da sociedade. Ou seja, a meta deste governo é diminuir este abismo, este fosso enorme que existe entre os diferentes segmentos da nossa sociedade. Mas nós entendemos que, para além deste olhar e deste foco, temos de trabalhar como uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de maneira a que todas as mulheres se vejam no nosso trabalho. Isto porque nós acreditamos, também, que uma empresária de sucesso tem a consciência de que ela chegou até esta posição por determinadas condições específicas da sua vida, muitas vezes pela sua luta, e que não resolveu todos os problemas ao chegar ali. Então, nós precisamos e queremos criar justamente essas pontes, que permitam que uma mulher bem-sucedida possa, por meio da compreensão de que ela, nesta sociedade, também alcançou este espaço por um processo histórico que não lhe foi facilitado, se solidarizar com aquelas que nada têm. Por isso, nós trabalhamos e direcionamos o nosso olhar para aquelas que justamente compõem o universo que podemos definir como: entre as pessoas mais pobres estão as mulheres e, entre as mulheres mais pobres, estão as negras. Nós dirigimos o nosso olhar para elas, mas também estamos preocupadas com as mulheres que atuam, por exemplo, no mundo jurídico. Isto porque também entendemos que, por meio da atuação delas, vamos provavelmente transformar alguns aspectos da justiça no nosso país. Nós estamos preocupadas e querendo trabalhar com as mulheres artistas, estamos trabalhando com as mulheres cineastas, temos, em junho, um seminário com mulheres jornalistas. Logo, não queremos ser uma Secretaria que repre-

sente um único segmento das mulheres, mas sabemos que a nossa meta é incluir, incluir a todas no processo de desenvolvimento do nosso país, incluir a todas no processo político brasileiro, porém, incluir a todas com base em uma perspectiva libertária, em uma perspectiva de que nós, mulheres, queremos participar, queremos estar no poder – mas queremos transformá-lo.

É muito interessante, muitas vezes, ver um homem admirando profundamente uma colega de trabalho, que é autônoma e está em muito boa posição profissional, mas que tem muita dificuldade em aceitar que a sua própria seja esta mulher autônoma, competente, etc. É esta perspectiva que não podemos abandonar: nós não queremos só entrar no mercado de trabalho, no mundo da política, não queremos só participar – queremos tudo isto e queremos o compartilhamento, queremos redefinir esta divisão tradicional das tarefas entre homens e mulheres, nós queremos redefinir o papel que a sociedade, como um todo, tem na educação, na construção de uma vida mais solidária, mais compartilhada.

Abong: *A Secretaria tem se articulado e realizado ações conjuntas com ONGs e movimentos sociais?*

Ministra: Sim. A Secretaria nasceu de uma demanda histórica das mulheres. Evidente que este governo, por suas características, teve a sensibilidade de criar a Secretaria no formato que ela tem, com status de Ministério.

Mas no caso da Secretaria com status de ministério, o Brasil não está inovando: mecanismos institucionais para as mulheres, ligados à Presidência da República e com status de ministério, existem em quase todos os países da América Latina. Logo, a nossa Secretaria não é nenhuma novidade. Corresponde, evidentemente, ao avanço da luta das mulheres. Por isso, a Secretaria é

um órgão governamental, mas nasceu dos movimentos; portanto, ela tem um compromisso muito forte com os movimentos sociais, que olham a Secretaria como sua representante. E temos de trabalhar de maneira a compatibilizar o nosso papel de governo, que tem de ser claro, definido, com esse papel de representação, ou seja, trabalhar o conceito da Secretaria – que, para mim, é o da Secretaria que trabalha para as mulheres, formulando e articulando políticas dentro do governo para as mulheres e que trabalha com as mulheres, no sentido de ajudá-las e torná-las protagonistas da sua própria história. Este também é nosso trabalho. Outro exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que foi reformulado, é, hoje, uma instância ligada à Secretária, sua presidência está a cargo da Secretária, é misto – sociedade civil e governo –, o que lhe confere também uma importante possibilidade de diálogo e de interlocução entre governo e sociedade civil organizada. Neste Conselho, quanto ao âmbito governamental, estão representados aqueles Ministérios que são mais importantes para a prática da transversalidade da política de gênero do governo.

Nós temos trabalhado com diversas organizações não-governamentais, que são nossas parceiras em diferentes projetos. O mais significativo, para este ano – e o que é uma das nossas prioridades de trabalho –, é a elaboração de um antiprojeto de lei que dê conta da violência doméstica contra a mulher. Este antiprojeto está sendo discutido em um grupo interministerial, instituído pela nossa Secretaria, e a base dessa discussão é justamente um projeto que foi elaborado e encaminhado por um consórcio de oito ONGs, com as quais nós colaboramos inclusive financeiramente, em 2003, no processo de formulação. E, neste ano, estamos trabalhando neste projeto-base com este consórcio de ONGs. É um trabalho de muita

colaboração, há muito acúmulo de discussão das ONGs e dos movimentos de mulheres e feminista. Por isso, nós não temos de inventar a roda. Temos, sim, de trabalhar em parceria, de maneira a nos nutrirmos deste acúmulo e, a partir daí, fazer aquilo que é a nossa tarefa: transformar este acúmulo em políticas públicas.

Abong: A senhora tem acompanhado pessoalmente, em todos os Estados, as conferências preparatórias à I Conferência de Políticas para as Mulheres. Como a senhora está vendo este processo de construção?

Ministra: É um processo riquíssimo. Inclusive, quero frisar que, se eu não estivesse aqui, não teria a dimensão da riqueza desse processo. É lamentoso que a sociedade, como um todo, não possa ter esta dimensão, porque não conseguimos toda a divulgação que gostaríamos que o processo preparatório à I Conferência tivesse. Para se ter uma idéia, até 25 de maio, mais de 2 mil municípios já haviam realizado plenárias municipais. Os 27 Estados estão realizando conferências estaduais. As plenárias e conferências estão tendo uma participação extremamente qualificada, e quero frisar que não é uma mobilização de feministas: como uma conferência convocada pelo governo, estão participando mulheres dos movimentos populares, donas-de-casa, indígenas, trabalhadoras rurais, profissionais liberais, enfim, todos os segmentos de mulheres. As discussões têm sido muito profundas, com base em uma pauta que inclui temas como os que já tratamos nesta entrevista. O compito geral, ao final deste processo, resultará na participação de cerca de 30 mil mulheres. Na conferência estadual do Rio Grande Sul, por exemplo, mais de 1.800 mulheres assinaram a lista de frequência.

Assim, essa dimensão de poder captar a riqueza do processo de construção da Conferência, de construir uma política nacional, além da diversidade regional e

da diversidade também da inserção das mulheres na sociedade, é absolutamente fundamental. E, para mim, tem sido um aprendizado – não sobre as mulheres, porque é um equívoco achar que a nossa discussão só interessa às mulheres. Tem sido um aprendizado sobre o Brasil, sobre os seus problemas, que se expressam de maneira muito precisa e aguda através da fala das mulheres: é a mulher quem fala de construção de paz com muita propriedade, porque quer uma cultura de paz para seus filhos e filhas, para a sua família, para a sua cidade; é ela quem fala em geração de renda, para garantir o seu sustento e para contribuir para o desenvolvimento do seu país. Portanto, é um processo muito bonito e diferente. E as plenárias de mulheres nunca serão iguais a outras plenárias, pois têm características muito particulares: muita responsabilidade, muita vontade de participação, mas muita alegria, muita generosidade e muita solidariedade. É claro que também existe muita disputa política, mas estamos aí também para disputar, no campo das idéias, as posições de cada pessoa. Mas essa disputa se resolve. As conferências muito concorridas, do ponto de vista político, têm conseguido consenso nos votos principais e entre as delegadas. Isto porque existe uma compreensão de que, em primeiro lugar, é preciso ultrapassar as barreiras partidárias – e o movimento de mulheres tem uma característica suprapartidária; e, em segundo, de que só ultrapassando essas barreiras é que nós conseguiremos fazer com que as políticas para as mulheres não sejam políticas ao sabor das conjunturas, mas, sim, que as questões relativas à equidade de gênero sejam incorporadas de fato às políticas de Estado – e estruturantes destas. Vejo que esta compreensão está crescendo, e vemos, nas conferências, a superação das diferenças com esse objetivo futuro.

Abong: Tendo em conta esses resultados, a senhora acredita que, com base nos três eixos propostos para a I Conferência Nacional, será possível elaborar uma boa política nacional para as mulheres?

Ministra: Sim, eu acredito que nós teremos condições de produzir um documento de diretrizes muito consistente como produto final da I Conferência Nacional, bem como que este documento nos possibilitará, como Secretaria, elaborar um plano nacional também consistente e que nos dará um instrumento de trabalho importantíssimo no âmbito do governo federal – ou seja, para a negociação transversal dessas políticas no governo federal – e também um instrumento importantíssimo para pactuar com os governos estaduais e os municipais, àquilo que cabe a cada esfera de poder na implementação desta política. Isto porque quando se fala em política nacional, normalmente esta é incorporada a iniciativas do governo federal. É um plano nacional, uma política nacional, porque prevê justamente a atuação e as atribuições diferenciadas em cada esfera. Por isso, será um instrumento de trabalho não só para nós, da Secretaria, mas também para os mecanismos institucionais da mulher, como as coordenadorias da mulher presentes em Estados e municípios, as secretarias e os conselhos de Direito da Mulher. Com isso, além da elaboração do plano e com base nele, teremos de construir também um mecanismo para o acompanhamento da sua implementação, tanto em nível federal quanto nos âmbitos estadual e municipal.

De certa maneira, nós devemos ter dois produtos da Conferência Nacional: um, que é o próprio plano; outro, que é organizativo, ou seja, criar uma rede institucional de acompanhamento e implementação deste plano.

Abong: Quais são, para a senhora, as diretrizes fundamentais que devem estar incorporadas nesta política?

Ministra: Três diretrizes são importantes e correspondem ao que nós definimos como diretrizes do nosso trabalho aqui, na Secretaria. Uma primeira diretriz trata da necessidade de ampliação da autonomia das mulheres, por meio da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho e da geração de trabalho e renda. Outro eixo importante é o de promover que todo o processo na sociedade brasileira combata todo o tipo de discriminação, agressão e violência contra a mulher. Nós entendemos a violência em um sentido muito amplo: a violência não é só o espancamento, ela é, por exemplo, um empregador negando um posto de trabalho a uma mulher, porque ela pode engravidar. A violência é tudo aquilo que exclui, que tira da mulher a possibilidade do exercício da sua cidadania plena. O terceiro eixo diz respeito ao empoderamento da mulher, ou seja, à constituição de mecanismos que viabilizem, que facilitem o acesso e a participação da mulher nos diferentes espaços da vida pública.

Abong: *Quais as implicações que a atual política macroeconômica pode ter na formulação e, principalmente, na implementação de políticas públicas e de uma política nacional para as mulheres?*

Ministra: Acredito que não se pode olhar somente o processo econômico influenciando nas políticas sociais ou nas políticas de tratamento das desigualdades, porque a existência dessas políticas, por sua vez, influencia no rumo da macroeconomia. Inclusive, nós temos trabalhado e discutido para que as mulheres se apropriem desta discussão da macroeconomia e suas implicações, as relações que o Brasil mantém com os outros países, o processo de integração, a Alca, enfim, nós também queremos participar e não só participar da criação de mecanismos de proteção às mulheres, mas participar para influirmos nessas definições. Isto porque às mulheres sempre ficam re-

servadas as tradicionais políticas do cuidar – saúde, educação, etc. –, e nós também queremos entrar no coração da decisão.

Porém, nós entendemos, aqui na Secretaria, que o tratamento das desigualdades de gênero e de raça nas políticas gerais de governo, de certa maneira, redesenham ou redesenhem algumas políticas. Eu tenho confiança no nosso governo de que o processo de desenvolvimento, o crescimento do país, à medida que nós estamos aqui para isto, será feito com este olhar. Nós estamos, como todas as pessoas, com expectativas e na esperança de que os condicionantes macroeconômicos que nós temos vivido, desenhados de uma determinada maneira, agora sofram uma inversão e priorizem o processo de desenvolvimento. E começamos a ver isto por meio do aumento da taxa de emprego, do crescimento industrial.

Nada do que temos a fazer ou que conquistamos está dado, portanto, há muita coisa a ser construída. A própria existência de uma secretaria com status de ministério é uma instância nova no Brasil e precisa ser consolidada, porque é um espaço que não é para ser somente de um governo. Tenho comentado que, à medida em que as coisas não estão dadas, precisamos ter um pouco de paciência. Hoje, 26 de maio, faz quatro meses e meio que estou nesta Secretaria, mas, às vezes, parece que eu estou há quatro anos, tal é a intensidade do trabalho. E eu me cobro muito por esses quatro meses. Porém, tomo um antídoto, não para não me cobrar ou para não cobrar das companheiras daqui, tal é a intensidade do nosso trabalho, mas para nós termos consciência de que o nosso governo não foi eleito para fazer igual, ele foi eleito para fazer diferente. E fazer diferente significa desenhar políticas auscultando a sociedade, discutindo com ela, promovendo consensos em processos – e isso não é trivial. É preciso

transmitir isto para a sociedade, porque a expectativa de resultados é muito grande, tem de ser, há um passivo, há uma demanda enorme a ser atendida, mas não podemos atendê-la de qualquer maneira, porque, deste modo, estaremos repetindo processos com os quais discordávamos.

E o próprio processo de construção da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres é lento, mas, enquanto isto, estamos implementando políticas, tendo iniciativas e realizando ações. Contudo, isto exige muito trabalho para se construir, e de maneira participativa, democrática, dá mais trabalho e é mais lento. Com isso, temos de acreditar nesse processo e ter muita convicção de que, se nosso trabalho é mais lento, o que se produz também é mais sólido. É importante comentar isto, porque ainda há muito conservadorismo na sociedade. Imaginar que o nosso discurso é plenamente aceito pela sociedade brasileira... ainda estamos muito longe disto. E esse conservadorismo não está só na cabeça dos homens, há segmentos de mulheres tão ou mais conservadores do ponto de vista de gênero do que os homens. Por isso, é muito importante que o nosso diálogo se dê também com estes segmentos, nós não nos fechamos ao diálogo com ninguém, pois é preciso entender, inclusive, as raízes, as bases, que alicerçam essas posturas. E é também por isso que nós precisamos estabelecer diálogos com todas e com todos no país: para termos um Brasil sem discriminação, solidário, tolerante e que saiba lidar com as diferenças.

SEPM: Esplanada dos Ministérios - Bloco L, Ed. Sede,
2º andar, sala 200 - Brasília (DF) - CEP: 70047-900
Site: www.presidencia.gov.br/spmulheres.
E-mail: spmulheres@spmulheres.gov.br
Tel.: (61) 410-9377/410-9381
Fax: (61) 410-9355/410-9362

Universalidade, diversidade e especificidade nas políticas públicas para as mulheres

Sérgio Haddad e Mariângela Graciano¹

O desafio de conceber políticas públicas para as mulheres, visando à igualdade numa perspectiva de gênero, como propõe a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, traz elementos que parecem irreconciliáveis entre si – a universalidade, característica central das políticas públicas; e a particularidade de um grupo específico, que é, ao mesmo tempo, diverso e plural. Afinal, o plural de mulher não é simplesmente mulheres, mas sim mulheres brancas, negras, índias; mulheres trabalhadoras rurais, urbanas, domésticas e "donas de casa"; mulheres muito jovens – as adolescentes –, adultas e idosas; mulheres heterossexuais, homossexuais e bissexuais; mulheres livres e encarceradas.

Assim, poderíamos ir citando outros grupos e subgrupos, todos eles com demandas específicas para o Estado, que deve, então, responder com ações de conteúdo específico, na forma de acesso público. E aqui reside a conciliação entre o caráter universal das políticas públicas e a especificidade das demandas das mulheres: o reconhecimento, por parte do Estado, de que as mulheres – com toda diversidade contida neste termo – são portadoras de direitos. Quais direitos? Todos – os civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais.

Até a década de 1960, o processo de constituição dos sujeitos dos direitos, para além dos direitos individuais, limita-se principalmente ao âmbito das relações produtivas e econômicas, resultado da tensão entre grupos sociais com interesses antagônicos.

O Estado funcionava muito mais como regulador de alguns aspectos dos conflitos entre empregados e patrões, de forma a garantir a reprodução da ordem econômica.

A partir da década de 1980, no Brasil, outros grupos se colocam como atores coletivos no contexto da redemocratização da sociedade brasileira. Nasce nas lutas populares e entre os setores médios, no contexto do fortalecimento da identidade e dos interesses de setores particulares e temas específicos. São mulheres das periferias que lutavam por creches e, nesta luta, reforçavam sua identidade específica como mulheres; ou, por exemplo, grupos populares que reivindicavam melhorias no atendimento público por serviços de saúde, moradia, transporte, e no contexto dessa luta, desenvolviam um novo modelo de participação e controle social do poder público. Tais reivindicações, de maneira geral, tinham o Estado como destinatário e, muitas vezes, buscavam constituir direitos que não estavam asseguradas em leis.

O primeiro passo, naquele momento, era fazer-se reconhecer como sujeitos coletivos de direitos no âmbito das relações sociais e, a partir daí, transformar o objeto da reivindicação em lei, obtendo assim o reconhecimento formal do direito pelo poder público.

No caso das mulheres, havia ainda o desafio de tornar temas socialmente concebidos como exclusivamente do âmbito privado em objeto da intervenção pública, como a violência doméstica, por exemplo.

¹ Sérgio Haddad é Diretor de Relações Internacionais da Abong, secretário-executivo da ONG Ação Educativa e Relator Nacional para o Direito à Educação. Mariângela Graciano, jornalista, é assessora da relatoria para o Direito à Educação.

A Constituição de 1988 acabou por refletir este novo momento vivido pela sociedade brasileira, no sentido de oficializar direitos. Incorporou demandas internas e também as conquistas internacionais, registradas pelos movimentos de mulheres de diferentes países, expressas, por exemplo, na aprovação pelas Nações Unidas da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, em 1979, e ratificada pelo Brasil em 1984.

Ainda que existam demandas pela formulação de novas leis – como a legalização da prática do aborto –, é inegável que as mulheres brasileiras já contam com um conjunto de leis que asseguram direitos específicos. No entanto, é preciso refletir sobre a eficácia dessas leis para o alcance de um objetivo duplo: a eliminação da discriminação contra a mulher e a garantia da igualdade.

Conforme Flávia Piovesan², a discriminação significa desigualdade, distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, civil ou em qualquer outro campo.

A análise de indicadores sociais demonstra que as leis – nacionais e internacionais – ainda não foram capazes de concretizar seus objetivos. Para citar apenas o caso da educação, embora os dados demonstrem equidade de gênero em relação aos níveis agregados, a análise dessa informação sob a perspectiva étnica revela que as mulheres negras permanecem nas piores condições. Enquanto mulheres brancas têm taxas de alfabetização e escolaridade, respectivamente de 90% e 83%, as negras ficam com 78% e 76%. Especificamente sobre as taxas de alfabetização, certa equidade de gênero foi alcançada nas faixas etárias mais jovens, mas não nos grupos de idade mais avançada,

o que fez com que as mulheres ainda fossem a maioria (51%) entre os analfabetos, computados em 2000.

Nem mesmo o desempenho das funções escolares está livre das desigualdades de gênero. A pesquisa Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional³ revela que as mulheres apresentam melhor desempenho na leitura e escrita, com uma média de 11,4 de acertos contra 10,3 de acertos masculinos. Já em matemática, a relação se inverte: para a mesma escolaridade, os homens têm média de 21,9, e as mulheres de 20,1. Esses resultados são atribuídos às diferenças de gênero nas práticas sociais de letramento predominantes na sociedade brasileira.

Apesar da crescente oferta de vagas para o ensino fundamental, há ainda um número significativo de crianças e adolescentes fora da escola: 3,95% da população de 7 a 9 anos. Este número sobe para 14% na Região Nordeste e 15,6% para a Região Norte. Se considerarmos a idade de 10 a 14 anos, o número de crianças fora da escola é de 6,39% para o Brasil e de 14% para o Norte e Nordeste. Isto demonstra que a universalização do atendimento escolar não ocorreu, estando ainda bastante distante, apesar da crescente oferta de vagas, e que as regiões mais pobres apresentam maior vulnerabilidade, assim como as mulheres. Entre as crianças de 5 e 6, 26,15% estão fora da escola e, dessas, 27,25% são mulheres e 25,09% homens. Na faixa dos 7 a 9 anos, 3,95% não estuda, sendo 4,06% mulheres e 3,85% homens. Finalmente, entre 10 e 14 anos, 6,39% está nesta situação, com 7,18% de mulheres e 5,62% de homens⁴.

Sobre a relação das mulheres com a escola, para além das estatísticas, cabe ainda fazer reflexões de outra ordem. Por exemplo, a dificuldade das mulheres de baixa escolaridade em conciliar suas atividades de trabalho – aqui incluindo as tarefas da casa e as atividades do meio rural – e os bancos

² PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 2ª edição. São Paulo, ed. Max Limonad, 2002.

³ Pesquisa realizada pela ONG Ação Educativa, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, em 2001 e 2002, com o objetivo de medir os níveis de alfabetismo da população jovem e adulta brasileira, levando em conta não apenas a escolaridade, mas as habilidades demonstradas na utilização da leitura, da escrita e das funções matemáticas.

⁴ Fonte: IBGE, *Censo Demográfico* 2000.

escolares: a sobrecarga gerada pelas muitas jornadas, a resistência da família, a falta de opções de horários alternativos nos cursos de educação de jovens e adultos. Esses são apenas alguns dos entraves que tendem a perpetuar a desvantagem das mulheres.

Sobre as adolescentes mães, é preciso avaliar qual tem sido o impacto da gravidez precoce e posterior responsabilidade com a educação dos filhos, na sua vida escolar. Neste caso, impossível não intuir que as adolescentes de famílias de baixa renda tendem a encontrar ainda mais dificuldades em manter-se na escola.

E quanto às meninas, jovens e mulheres negras... qual o significado de freqüentar uma escola ainda marcada por conteúdos e formas da elite branca, traduzidas em livros didáticos, cantigas, desenhos animados, contos de fadas, fábulas etc., etc..

Por fim, como explicar às meninas, jovens e mulheres que, mesmo tendo desempenho igual ou superior ao dos meninos, jovens e homens, em todos os níveis de escolaridade, quando ingressarem no mercado de trabalho, para exercer as mesmas profissões, seus salários serão mais baixos. Além disso, serão acusadas de contribuir para a precarização das condições de trabalho e remuneração de suas profissões, sob o argumento de que as mulheres aceitam ganhar menos, trabalhar mais e ampliar jornadas, tornando-se assim mais "empregáveis".

As estatísticas e reflexões apresentadas acima revelam, de um lado, que políticas universais – no caso a ampliação da oferta do ensino público – podem contribuir positivamente para a redução das desigualdades de gênero; no entanto, as desigualdades socioeconômicas não garantem as condições para acessá-las. De outro, tais iniciativas não incidem sobre a face mais perversa dessa desigualdade, que é a discriminação, resultado de séculos de subordinação feminina. Também não atingem as outras formas de

desigualdade que se acumulam à condição de gênero, destacadamente a discriminação racial, a regionalização da pobreza e a ausência de uma perspectiva de gênero para um desenvolvimento social e humano.

A formulação de políticas para mulheres, com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero, não é um desafio apenas de um órgão institucional do governo federal – seja ele uma secretaria, conselho ou ministério –, pois requer, em primeiro lugar, o reconhecimento formal por todos os responsáveis pela gestão pública da diversidade e especificidade contidas no termo "mulheres".

Por exemplo, é preciso admitir e buscar formas de combater a discriminação que atinge a população negra em geral, sem perder de vista que as mulheres, neste grupo, são mais vulneráveis.

Não se pode perder de vista as desigualdades regionais, que requerem ações específicas, não apenas em forma de programas emergenciais e compensatórios, mas de desenvolvimento sustentável local. No entanto, estes programas só contribuirão para a igualdade de gênero à medida que seus formuladores reconhecerem que existe a desigualdade, manifesta muitas vezes nas relações familiares, no trabalho, na comunidade, e tiverem entre os objetivos sua superação.

Em outras palavras, em cada uma das ações, medidas, programas e projetos governamentais é preciso que se coloque a intenção explícita da eliminação das desigualdades entre os seres humanos. Isto significa, mais que combater a discriminação, concretizar ações que possibilitem condições de igualdade no acesso ao direito que está sendo concretizado por meio da política pública em questão.

Por fim, é fato que a pobreza atinge a maioria da população brasileira, e que o atual governo, como os anteriores, ainda está por propor, ou construir, um modelo

de desenvolvimento sustentável para o País, com medidas de curto, médio e longo prazos que garantam cidadania para todos. É fato, também, que este modelo está em disputa e só contemplará entre seus objetivos a busca da igualdade de gênero se houver pressão social. Daí a necessidade dos atores sociais, homens e mulheres envolvidos nesta luta, de atuarem politicamente na esfera pública, constituindo-se em sujeitos que não apenas reivindicam, mas que também operam como agente de pressão, monitoramento e propositos de novas práticas.

Talvez aqui resida o mais importante significado desta primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida por plenárias municipais e regionais e conferências estaduais. Desde o dia 5 de janeiro, até aqui, meados de julho, mulheres representando os mais diferentes grupos, em todo o País, vêm discutindo quais devem ser as intervenções estatais para garantir seu acesso, em condição de igualdade aos direitos já consagrados; e mais, que outros direitos precisam ser estabelecidos, cunhados, assegurados em forma de lei, a fim de lhes proporcionar vida digna.

Certamente este não é um debate simples ou homogêneo, sobretudo em função da diversidade de interesses verificados em cada um dos grupos de mulheres. São interesses culturais, econômicos, sociais, regionais, religiosos e tantos outros que se misturam em demandas por ações do Estado e por formas de expressão e organização da sociedade civil.

A expectativa, no espaço desta Conferência, não é só alcançar consensos, mas também apontar caminhos e indicações para a formulação de políticas públicas que visem a atingir a universalidade do acesso aos direitos, por meio de estratégias específicas para atingir os diferentes grupos.

Sabemos que a definição dessas ações e grupos contemplados, novamente, passarão pela capacidade de pressão política da so-

iedade civil. Nesse sentido, é preciso definir estratégias de ação para cada um dos espaços de participação e controle social existentes, buscando que o tema extrapole os espaços específicos destinados à discussão das relações de gênero e influencie outras instâncias de diálogo entre sociedade civil e Estado.

Por fim, é preciso que o debate se estenda para além dos espaços de diálogo constituídos pelo governo e desperte a atenção da sociedade em geral, resultando da mudança de comportamentos e padrões culturais. Certamente as políticas públicas têm um importante papel neste sentido, o que não reduz a responsabilidade das organizações dos movimentos de mulheres em disputar, publicamente, conceitos e paradigmas que colaborem para a igualdade de gênero.

Políticas para mulheres: relevantes se voltadas para fazer justiça¹

Silvia Maria Sampaio Camurça²

A proposição feminista, de que para se fazer justiça são necessárias políticas para mulheres, enfrenta ainda um contexto de resistências. O primeiro campo de resistência advém de setores sociais e políticos que têm uma perspectiva funcional e antifeminista de abordagem de gênero e consideram que os papéis femininos devem ser valorizados, mas não necessariamente transformados. O campo antifeminista tem questionado a necessidade do feminismo hoje e afirmado a importância de se trabalhar articuladamente as mudanças dos homens e das mulheres, assim como de se construir o que alguns têm chamado, de forma inapropriada, de movimento de gênero.

Esta é uma perspectiva que cresce entre distintas organizações e movimentos sociais, que acreditam em mudar a sociedade e superar injustiças apenas por meio de mudanças em comportamentos individuais de mulheres e homens que, apesar de necessários, são absolutamente insuficientes para enfrentar o grau de injustiça a que estão submetidas às mulheres. Além disso, a preocupação dessas organizações e movimentos com a unidade entre mulheres e homens não leva em conta a necessidade da defesa dos direitos das mulheres.

Outro campo de questionamento das políticas para mulheres é aquele que não reconhece a centralidade das desigualdades de gênero na vida das mulheres. Como percebemos, há um relativo consenso nacional – que inclui mídia, movimentos sociais, igrejas, universidades, governos e partidos de distintas orientações ideológi-

cas – de que há desigualdades sociais no país. Este consenso não gerou, entretanto, qualquer acordo quanto às explicações destas desigualdades. Alguns explicam as desigualdades sociais unicamente pela divisão de classes. Consideram as questões de desigualdade de gênero, a luta feminista e a luta anti-racista como próprias do espaço cultural e não tanto como um problema da esfera da política. Esses setores, em geral, questionam a necessidade de políticas para mulheres e não reconhecem tais políticas como caminho de construção de justiça social e de mudanças.

Estas contestações exigem que as feministas reafirmem a existência das desigualdades de gênero e raça como estruturantes das desigualdades sociais no Brasil. Além disso, que saiam em defesa da pertinência e do sentido de justiça que políticas para mulheres, com perspectiva anti-racista, tem para a sociedade brasileira hoje. As políticas para mulheres podem ter distintas orientações. A perspectiva feminista de políticas para mulheres promove a cidadania e consideram os movimentos de mulheres como sujeitos políticos legítimos e com autoridade para interlocução com o Estado. Tal perspectiva contribui para a transformação das relações de gênero.

Na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), temos trabalhado com a idéia de que as políticas para as mulheres são políticas que efetivam e tendem a universalizar os direitos das mulheres já legalmente instituídos, mas vivenciados apenas por uma minoria de mulheres, que são: brancas, urbanas, de classe média alta e com maior grau de

¹ Este artigo é produto do debate coletivo nas instâncias da Articulação de Mulheres Brasileira durante o processo preparatório da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e trata-se de uma síntese dos conteúdos publicados como textos de subsídios denominado: *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas* (AMB, 2004).

² Secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), educadora e socióloga do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

instrução. Para nós, essas políticas devem efetivar ações que corrijam, de imediato, distorções no acesso das mulheres aos direitos iguais aos dos homens e aos direitos iguais das mulheres entre si (caso das políticas afirmativas). Também devem defender os direitos humanos das mulheres, garantir sua integridade física e psíquica num contexto de violência e apresentar respostas às especificidades do sexo e do corpo feminino, em especial, na forma de política de assistência integral à saúde das mulheres. Por fim, consideramos que essas políticas podem corrigir desigualdades entre homens e mulheres e levar em conta as diferenças entre mulheres e homens na ação do Estado para promoção da justiça social. Ainda que tais políticas não realizem todo o projeto de transformação contido no projeto feminista, elas se constituem instrumentos de governo imprescindíveis num contexto de desigualdades sociais profundas.

A ação governamental na ótica do feminismo

Para o feminismo, debater políticas públicas é nos posicionarmos sobre a possibilidade de promover algum tipo de mudança na situação estrutural de desigualdade por meio do Estado, considerando nossa avaliação das possibilidades dos governos promoverem justiça social e superação das desigualdades estruturais de gênero e raça por intermédio de políticas públicas.

No contexto presente, a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres apresenta-se como um espaço público importante para colocar em debate as avaliações do feminismo sobre a ação do Estado e construir diretrizes para fazer avançar a ação governamental na direção dos direitos das mulheres, da redução das desigualdades e da justiça social.

Os debates de avaliação de Beijing, em 1995, revelaram que os planos nacionais de combate às desigualdades têm representado

um grande desafio para o feminismo. No Brasil e nos demais países da América Latina, grande parte dos Planos e documentos afins, que têm esta referência, se apresenta mais como um conjunto de declarações de intenção genéricas, ainda que pertinentes, mas sem recursos previstos no orçamento. São, portanto, muito difíceis de serem monitorados ou de servirem de instrumentos efetivos para colocar em prática aquilo que seus princípios estão orientando. Um caminho para aprimorar estes planos é atuarmos de maneira estratégica nas escolhas e formulação das diretrizes para políticas públicas.

Desde os anos 1980, os movimentos de mulheres e feminista brasileiro vêm elaborando, propondo e assessorando a implementação de inúmeras iniciativas em políticas públicas nas áreas de assistência integral à saúde da mulher, educação não-sexista e anti-racista nos parâmetros curriculares do ensino básico; defesa dos direitos das mulheres lésbicas, combate à violência (delegacias da mulher, casa-abrigo para mulheres vítimas de violência), crédito rural e urbano para mulheres pequeno-produtoras, transferência de propriedade para mulheres (posse da terra urbana e rural), efetivação dos direitos civis e políticos para mulheres.

A implementação destas políticas pelos governos é bastante diversificada. Os tipos e qualidade de projetos e ações governamentais em políticas públicas variam conforme a perspectiva política dos grupos que chegam ao poder nos Executivos municipais, estaduais e nacional, sem obedecer a diretrizes de qualquer natureza.

Três avaliações feministas recentes são aqui consideradas. Em 2002, a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras elaborou a Plataforma Política Feminista, apontando uma série de problemas e desafios a serem enfrentados pelos governos. Em 2003, o relatório da sociedade civil de avaliação do cumprimento da Convenção sobre a

*Disponível no site da AMB
www.articulacaodemulheres.org.br*

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw)⁴ apresenta as principais falhas das políticas públicas atuais. Neste ano, 2004, a avaliação da Rede Feminista de Saúde⁵ aponta os avanços e limites que temos enfrentado nas políticas públicas, tomando como base o marco dos 10 anos da Plataforma do Cairo, decorrente da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e População (1994).

Na Plataforma Política Feminista, destaca-se a crítica ao neoliberalismo e à exclusão da grande maioria das mulheres do acesso aos direitos humanos. Os problemas decorrentes da política pública, incluindo-se aqui as políticas econômicas e orientações das políticas sociais, são fartamente analisados e criticados. As políticas de ajuste neoliberais são apontadas como geradoras de aprofundamento da desigualdade⁶, porque "vêm impondo às mulheres um ônus maior e provocado a precarização do emprego (por meio da informalidade, flexibilização e desregulamentação de direitos trabalhistas) e da vida social, com o dismantelamento de equipamentos sociais, como creches, pré-escolas e unidades públicas de saúde"⁷. A Plataforma analisa como a política econômica da estabilidade e superávit fiscal agrava o déficit de democracia no país⁸.

Por outro lado, a Plataforma exige do Estado brasileiro o cumprimento dos acordos internacionais na área de direitos humanos e defende o princípio da aplicação progressiva dos direitos sociais estabelecidos no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, inclusive o princípio de não-retrocesso social, devendo ser considerada como inconstitucional qualquer medida legal que anule, revogue ou aniquile os direitos sociais já alcançados (art. 197). A Plataforma Feminista exige a necessária ampliação do acesso aos direitos humanos para as lésbicas, negras, indígenas, mulheres de populações tradicionais e ribeirinhas⁹, condena a repressão à livre orientação se-

xual das pessoas e a lesbofobia¹⁰, defende direitos reprodutivos, afirma os direitos à terra e à redistribuição da propriedade rural¹¹. Entre os direitos humanos, apresenta o direito ao aborto¹².

O relatório da sociedade civil sobre a Cedaw, preparado sob a coordenação de Cladem e Agende, com a contribuição de representantes de dez redes nacionais e regionais do movimento de mulheres e dos setoriais de mulheres das três maiores centrais sindicais brasileiras, considera que os programas governamentais mostram-se pontuais, desarticulados, descontínuos e fragmentados. São inacessíveis para um grande número de mulheres, especialmente aquelas que vivem na periferia dos centros urbanos (ou afastadas dos grandes centros). A maioria dos programas, quando existem, remediavam algumas situações dramáticas na vida das mulheres e por algum tempo: não levam à superação da desigualdade. O relatório também demonstra que as políticas de combate à violência infligida às mulheres têm sido insuficientes para superar o problema e conclui que as políticas implementadas pelo Estado brasileiro têm falhado em garantir o acesso das mulheres aos direitos humanos, não apenas por insuficiência, mas também pela ausência do Estado em determinados campos.

A avaliação da Rede Feminista de Saúde, examinando criteriosamente e detalhadamente medidas e iniciativas governamentais no campo dos direitos reprodutivos e da saúde, considera os significativos avanços na legislação e importantes iniciativas programáticas no âmbito do Executivo, mas que não respondem às exigências das políticas públicas na área social, problema decorrente da redução de investimentos nas duas décadas recentes.

Todas estas análises feministas coincidem em apontar a dissociação entre política econômica e política social, e a subordinação desta àquela, como um dos problemas a

⁴ O Brasil e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Brasília: Agende e Cladem/Brasil, 2003.

⁵ Seminário "Conversando com o governo brasileiro sobre o Monitoramento da Plataforma de Ação do Cairo". Brasília, 24 de maio de 2004.

⁶ Plataforma Política Feminista, parágrafo 29.

⁷ *Idem*, parágrafo 38.

⁸ *Idem*, parágrafos 67, 68 e 69.

⁹ *Idem*, parágrafos 214, 215, 216, 217, 218.

¹⁰ *Idem*, parágrafos 243, 244.

¹¹ *Idem*, parágrafos 79, 80, 82.

¹² *Idem*, parágrafos 245, 248, 251, 253, 260, 261, 263.

serem enfrentados no contexto atual, inclusive na I CNPM. Consideramos as políticas para mulheres como parte das políticas sociais e indissociáveis das políticas econômicas: ambas devem estar a serviço do bem-estar e da justiça social. Deste modo, um desafio atual é a superar a divisão nas políticas públicas, por meio de um debate amplo, compreendendo políticas públicas como políticas econômicas e sociais. Somase a esse desafio a orientação da política econômica, que nas últimas décadas promoveu crescente concentração de renda e agravou a pobreza entre as mulheres.

A I CNPM abre o espaço público para interlocução quanto às diretrizes que todas as políticas para mulheres devem seguir, tornando estas políticas menos vulneráveis às administrações governamentais.

O desafio das prioridades em políticas públicas

O projeto de transformação do feminismo inclui a transformação do próprio Estado. Portanto, ao tratar de políticas públicas, estamos tratando de políticas realizadas no limite de um Estado ainda patriarcal, racista e classista. Se pensarmos que as forças políticas que governam os Estados nacionais hoje, no mundo, estão majoritariamente hegemônicas pela ideologia e doutrina neoliberal, perceberemos que os desafios atuais para as políticas públicas produzirem justiça são muito grandes.

No atual contexto, diante do avanço do livre mercado, é cada vez mais difícil aos governos de países da periferia do capitalismo, caso do Brasil, definir soberanamente suas políticas. Na maioria das vezes, o que se faz são arremedos, imitação ou simples repetição do receituário dos organismos de desenvolvimento e seu sistema financeiro (BID, Bird e FMI). A poderosa Organização Mundial do Comércio (OMC) cresce em ascendência sobre os Estados nacionais,

fazendo de suas deliberações regras impositivas para todos os países.

Contudo, quando aparentemente tudo leva a crer que não é possível fazer diferente, cresce a relevância da articulação de lutas na esfera pública que alarguem a influência da sociedade civil, dos movimentos sociais em especial, na definição das regras e acordos relativos às políticas que financiamos com nossos impostos. Sim, porque desprivatizar o Estado é também ampliar a participação civil nas definições quanto ao uso dos impostos pagos. E isto vale em relação às políticas para mulheres.

As políticas para mulheres são políticas públicas que visam a afirmar os direitos das mulheres, em sua diversidade. São, em certa medida, uma ação afirmativa. E são, acima de tudo, um instrumento de governo para orientar investimentos públicos para o enfretamento da desigualdade vivida pelas mulheres e para a proteção aos direitos das mulheres. Neste sentido, penso que orientações de governo que visem a evitar que as políticas econômicas aumentem a pobreza entre as mulheres fazem parte de políticas para mulheres. Claro que tais políticas podem ser implementadas por meio de programas e projetos, mas políticas públicas para mulheres não são sinônimo de meia dúzia de programas voltados para mulheres. Esta seria uma visão minimalista de tais políticas, muito ao gosto de governos descomprometidos com a transformação social ou que, limitados por ausência de recursos, reduzem os conceitos ao tamanho de suas possibilidades de execução.

Nesta perspectiva, considero como prioridade as políticas de combate à pobreza. Elas incluem uma revisão da atual política econômica, que tem gerado recessão, desemprego e informalidade no mercado de trabalho. Sendo nós, mulheres, a maioria entre as pessoas desempregadas, a maioria no setor informal, a maioria entre a popu-

lação com os menores salários e piores ocupações (com menor prestígio social, condições de quase escravidão como a jornada ampliada a critério do patrão, no caso das trabalhadoras domésticas), sem mudança na política econômica, a pobreza entre as mulheres irá aumentar.

Uma segunda prioridade é a de defesa dos direitos humanos das mulheres, incluindo-se aqui o direito à integridade física, a uma vida sem violência, o direito ao próprio corpo, à individualidade, com identidade formal e documentada, com direito de propriedade, com possibilidade e apoio para participação política. Somente mulheres com integridade física preservada e organizadas politicamente poderão ser cidadãs plenas das lutas sociais por transformação de sua própria situação e da sociedade.

Em terceiro lugar, é prioritária a imediata efetivação dos direitos sociais. A realização do preceito constitucional dos direitos sociais irá impactar muito fortemente na vida e na cidadania das mulheres. A educação pública e gratuita, em todos os níveis (inclusive na educação infantil), e o Sistema Único de Saúde (SUS) e de assistência social, com recursos e efetividade, contribuem muito para melhor condição de vida das mulheres e para a partilha do trabalho doméstico das mulheres, hoje uma sobrecarga que lhes é exclusiva.

Sobre as diretrizes, considero que o mais crucial é fazer valer o princípio de que as políticas públicas são indivisíveis. Ou seja, o que uma política promove no campo nos direitos sociais, não pode ser anulado pelo que outra política restringe. Isso exige monitoramento e pressão junto aos governos para extinção de tal política. Não é possível seguir na divisão entre política econômica e política social. O Estado todo e a totalidade de suas políticas têm que estar voltados para o bem-estar das pessoas e a justiça. É preciso monitorar permanentemente os

impactos positivos e negativos da totalidade das políticas públicas na desigualdade vivida pelas mulheres. É buscar coerência entre as políticas públicas consistentemente voltadas para reduzir as desigualdades.

Igualdade: uma luta histórica das mulheres

Nalu Faria¹

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo presidente Lula e organizada por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), é, sem dúvida, um marco no debate sobre políticas públicas para as mulheres no Brasil. Desde a sua convocação, estamos acompanhando um amplo processo de mobilização e uma participação crescente nas plenárias municipais e/ou regionais, que têm definido conferências estaduais muito representativas. Em parte, isso é fruto da grande expectativa dos movimentos sociais diante do governo Lula, somado ao amadurecimento em relação à participação popular, ou seja, o desejo dos setores organizados de aprofundamento da democracia.

O debate sobre as políticas públicas para as mulheres é recente no Brasil. Iniciado nos anos 1980, período final da ditadura militar, ele coincide com a emergência dos novos movimentos sociais e se caracteriza pelo estabelecimento do diálogo entre o Estado e as demandas das mulheres. Já no processo eleitoral de 1982, vários partidos políticos, e especialmente aqueles que contavam com organização de núcleos feministas, passaram a incorporar em seus programas propostas voltadas às mulheres, que passaram a ser vistas como sujeitos políticos e não apenas mediadas pela situação familiar.

No Brasil, o crescimento desse debate desenvolveu duas vertentes de discussão em relação às políticas públicas. A primeira, voltada aos Conselhos da Condição Feminina ou de Direitos da Mulher, trabalha com a estruturação de organismos de assessoria

aos governos, com indicação de nomes de participantes nos movimentos de mulheres ao chefe-executivo

A segunda vertente enfoca a importância da existência de organismos executivos, com poder de interlocução com o conjunto do governo e com autonomia orçamentária. Do mesmo modo, essa vertente centra sua preocupação na combinação de políticas universais, que afetam a vida do conjunto das mulheres, com políticas específicas de combate à desigualdade e à discriminação de gênero. Enfatizando também a relação com os movimentos de mulheres e sua percepção como sujeitos, essa segunda vertente teve seu debate desenvolvido por processos diferenciados.

O momento inicial, intermediado por propostas de políticas setoriais, foi ampliado como debate para a elaboração da Constituição de 1988. Nela, foi estruturada a discussão sobre um conjunto dos direitos reivindicados pelas mulheres, que deveriam ser garantidos com base em políticas públicas nos vários âmbitos: Legislativo, Executivo e Judiciário. Na década de 1990, com o ciclo de Conferências da ONU (Organização das Nações Unidas), o debate feminista se expande ainda mais e torna-se parte do cotidiano de governos e de organizações não-governamentais (ONGs), que anteriormente não lidavam com o tema. Entretanto, ao mesmo tempo em que o movimento das mulheres ganhou maior legitimação, por outro, foram introduzidas orientações políticas vindas de posicionamentos alheios à vertente feminista.

O período também foi marcado pela ascensão e consolidação do neoliberalismo,

¹ Membro da Coordenação Nacional da Marcha Mundial das Mulheres, membro da diretoria da Abong e coordenadora-geral da Sempre Viva Organização Feminista.

legitimado pela própria ONU e outros organismos multilaterais, que trouxe uma ofensiva conservadora sobre a autonomia e o direito de autodeterminação das mulheres e implicou a continuidade e até o crescimento das violações dos direitos das mulheres. Ou seja, enquanto diversos setores da sociedade civil atuavam concentrando suas energias na defesa de normas jurídicas e políticas públicas focais, o mercado foi fator predominante na organização da vida da grande maioria das mulheres.

Neoliberalismo e políticas compensatórias

Uma primeira questão que tem sido analisada é que, no atual processo de neoliberalismo, uma das conseqüências para o conjunto das mulheres é a existência de uma polarização na qual uma pequena parcela de mulheres obteve ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho, acesso a liberdades individuais e até mesmo em termos de participação na vida pública. Por outro lado, a grande maioria das mulheres, o outro pólo, experimenta trabalhos precarizados, arca sozinha com o sustento dos filhos e das filhas, além de sofrer todas as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, inclusive com envolvimento de seus filhos e filhas com o narcotráfico.

Nesse contexto, as mulheres pobres passaram a ser tratadas como mais uma das patologias sociais e, por isso, alvo de políticas compensatórias, seguindo a lógica de que "se são mais educadas, cuidarão melhor da família". A visão de que as mulheres são melhores gestoras dos recursos governamentais, por serem mais preocupadas com o bem-estar de seus filhos e filhas do que com o delas próprias, também ganhou espaço e, por isso, passam a ser as beneficiárias de políticas, tais como renda mínima, acesso ao micro-crédito, título de propriedade da casa. Portanto, não são vistas como

cidadãs, com direito a autodeterminação e autonomia pessoal, mas por intermédio da sua responsabilidade com a família.

Para o movimento de mulheres, isso representou um retrocesso em relação à construção de propostas de políticas de enfrentamento às desigualdades vividas pelas mulheres, bem como ao processo de construção como sujeitos políticos e de construção de cidadania ativa. Esse retrocesso se deu por intermédio do cruzamento entre o fortalecimento de uma política conservadora com o arrefecimento da mobilização dos movimentos sociais e da diminuição de uma visão crítica.

A reconstrução de propostas de políticas sociais universais de caráter redistributivo depende da rearticulação de um amplo movimento social, que dispute uma visão emancipatória e de garantia de direitos. Na construção desse pólo, é extremamente importante a presença do movimento de mulheres, que só será garantida se houver um fortalecimento dos seus espaços próprios.

Os desafios para a retomada com a força da luta social, ancorada na construção de pensamento crítico, são enormes. Entre os vários obstáculos, está a questão de como construir um discurso crítico que se contraponha à ofensiva conservadora atual, já que a política neoliberal destruiu a idéia de políticas públicas universais, como forma de garantir os direitos sociais, e impôs modelos de atenção que sejam de baixo custo – e, mais uma vez, utiliza o trabalho das mulheres como forma de complementar o Estado.

A construção de uma visão crítica contra obstáculos na força que a atual sociedade de mercado ainda tem sobre as consciências. E isso coloca como desafio a necessidade de construção de um discurso crítico, que seja apreendido por amplos setores populares e da juventude.

Como vemos a Conferência

As políticas neoliberais, implantadas no Brasil a partir dos anos 1990, tiveram como

um de seus alvos a redução do papel do Estado nas políticas sociais universais. Houve, para isso, uma profunda reforma do Estado no que se refere ao conteúdo, ao alcance e à gestão das políticas públicas, estabelecendo um cenário diferente do que existia quando o movimento feminista iniciou o debate de políticas públicas para as mulheres. Ou seja, não estamos em um momento em que basta incorporar a perspectiva de igualdade para as mulheres: é necessário reconstruir o sentido das políticas sociais universais de caráter redistributivo.

Nossa avaliação em relação ao governo Lula é que a manutenção da política econômica, com o mesmo caráter do governo anterior, tem impedido a retomada do crescimento, ameaçado a soberania nacional, mantido a concentração de riquezas e não modificado substancialmente o alcance das políticas sociais. Além disso, no combate à pobreza, mantém políticas focais que, fundamentalmente, desenvolvem uma perspectiva subsidiária e, não, de promoção da cidadania ativa.

Para a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o desafio colocado para a I Conferência Nacional é construir uma avaliação precisa da realidade das mulheres e dos enfrentamentos necessários para a construção de uma política voltada para a igualdade no conjunto da sociedade. Para isso, é necessário colocar como fundamental o combate à desigualdade e à hierarquia constitutiva da sociedade brasileira. A exploração da classe trabalhadora se assenta em desigualdades entre mulheres e homens, negros(as) e brancos(as) e no aumento da desigualdade entre as mulheres.

Nesse sentido, consideramos importante trabalhar com base em eixos estratégicos, que mexem no coração do sistema de dominação, assim como atuar com base no que nos une, sem perder as nossas particularidades. É por esta razão que a Marcha Mundial das Mulheres elegeu o lema "somos mulhe-

res e não mercadoria", porque quer, com o questionamento global ao capitalismo - que também é machista, racista e homofóbico - construir a perspectiva feminista.

A MMM afirma o direito à autonomia e à autodeterminação das mulheres e reivindica a igualdade como um princípio organizador do mundo que se quer construir. Nossa visão é que será muito importante que na Conferência se construa um posicionamento em favor de políticas que promovam mudanças estruturais e que se orientem para uma ruptura com o livre comércio.

É fundamental conter a expansão do mercado sobre a vida das pessoas e recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, voltado para o mercado interno e para o consumo de massas. Isso exigirá debater, com o conjunto da população, o atual padrão de consumo, que impõe um desenvolvimento insustentável ecológica e socialmente.

O cuidado e a reprodução das pessoas devem passar a ser o centro do nosso modelo de desenvolvimento. O atual enfoque de política econômica no cenário internacional deve ser mudado, principalmente no que se refere às metas de superávit primário, ao pagamento da dívida, à taxa de juros e à necessidade do estabelecimento do controle sobre os capitais que entram no país. Por fim, também é imprescindível ter uma posição contra a Alca e de garantia de nossa soberania e biodiversidade.

Outro campo de definições necessário na Conferência refere-se às propostas voltadas para construir a igualdade de gênero, considerando a situação do conjunto das mulheres e, portanto, levando em conta as dimensões de classe, raça e etnia, idade e exercício da sexualidade. As relações desiguais entre homens e mulheres são sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho - com a responsabilidade quase exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico, cuidado dos filhos e da família -,

pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão.

O Estado, ao longo da história, não foi neutro. Ao contrário, buscou a manutenção do poder masculino, reforçou as desigualdades entre os sexos e fortaleceu um modelo de sociedade excludente, mantendo a mesma lógica da sociedade atual, que deixa para as mulheres "responsabilidades" que ferem sua cidadania e autonomia.

Para alterar essa lógica, é preciso que o Estado tenha um papel ativo, com políticas firmes para a reversão desse quadro de desigualdades e que busquem a construção de uma sociedade democrática e justa. São necessárias ações efetivas para mudar essa situação, com um compromisso de construir para as mulheres condições de cidadania plena e, assim, tratá-las como indivíduos autônomos e não tendo em conta a sua condição na família. Para que isso ocorra, a maternidade deve ser reconhecida como uma função social, e o governo tem o dever de garantir creches e escolas em período integral.

Ao mesmo tempo, é importante que a Conferência se posicione pela descriminalização e legalização do aborto, como um aspecto fundamental para a autodeterminação das mulheres em relação à maternidade e para a concretização da separação entre o exercício da sexualidade e o da reprodução. Da mesma forma, ela deve promover um amplo debate na sociedade sobre o papel dos homens na educação dos filhos e filhas e no trabalho doméstico. Afinal, para se pensar uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, é fundamental que ambos possam desenvolver a capacidade de gerir o cotidiano de sua vida de maneira autônoma.

Todo esse debate não é homogêneo no Brasil, principalmente quando se considera a amplitude da participação na Conferência.

Mas existe um acúmulo, com base em uma visão emancipatória, em um amplo setor do movimento de mulheres, assim como em algumas experiências governamentais que vêm sendo desenvolvidas, mesmo que ainda tímidas diante dos desafios. Por isso, encaramos a Conferência como um momento-chave de um processo, que deverá definir mecanismos de continuidade do debate e fomentar espaços democráticos de participação das mulheres como parte do processo de institucionalização dessa política para igualdade em todas as esferas e níveis do Estado.

Vivemos um momento particular de ampliação de um pólo crítico ao atual modelo e suas políticas: desde o plebiscito da dívida externa, a campanha contra a Alca, as amplas mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), a construção do processo Fórum Social Mundial, até a construção de uma nova geração política. Avaliamos que em nossa sociedade há condições de enfrentar o debate necessário para que a Conferência dê um salto de qualidade na formulação de uma proposta de política pública para a igualdade de gênero, no sentido de afirmar uma visão inclusiva. Isso pressupõe o fortalecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos do processo de transformação social, que passa também pela transformação do Estado.

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: primeiro passo para reverter as desigualdades de gênero e raça

Lúcia Xavier.¹

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorrerá em julho deste ano, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, tem como objetivo precípuo propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas

para as Mulheres, apontando as prioridades para os próximos anos de governo.

A Conferência pretende reunir 1.993 pessoas, representantes da sociedade civil e dos governos federal, estaduais e municipais, que deverão analisar a realidade brasileira sob os aspectos social, econômico, político, cultural e os desafios para a construção da igualdade. A delegação deverá avaliar também as ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de governos, diante dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções. É, por fim, propor diretrizes da Política Nacional para as Mulheres apontando as prioridades para os próximos anos.

Pela primeira vez, governos e sociedade estarão reunidos para traçar diretrizes para uma política nacional de igualdade de gênero.

A importância desse momento não se revela somente pelo fato de os movimentos de mulheres dialogarem com os governos

"As mulheres estão acostumadas a grandes desafios, e têm sabido, através dos tempos, enfrentá-los com a justa determinação. Por isso, temos a certeza de que vamos utilizar o processo de realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o momento pré-eleitoral como oportunidade para comprometermos a todos (...) com a busca da igualdade de gênero e raça."²

Nilcéa Freire³

deverão ser empregadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Essa Conferência se inscreve numa estratégia do governo federal de promoção da participação da sociedade nas definições das políticas públicas, ainda que depois da apresentação e aprovação do Plano Plurianual (2004-2007). É importante ressaltar que os resultados deste processo poderão ainda corrigir os rumos da política em curso para as mulheres, bem como redefinir prioridades e estabelecer metas a curto, médio e longo prazos para alcançar a igualdade de gênero.

A metodologia de realização de conferências municipais e estaduais, face à definição de delegadas(os) para a nacional, tem promovido a ampliação do diálogo com os gestores locais para a implementação de políticas, considerando as particularidades de cada município e unidade federativa.

para traçarem as bases destas políticas e de poderem comprometer os gestores na sua realização, mas, sim, pelo reconhecimento dos movimentos de mulheres como sujeitos políticos legítimos para definir as ações governamentais, que

¹ Lúcia Xavier, assistente social, coordenadora de Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro.

² Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais – Documento Base, Brasília, SPM, 2004. Apresentação, página 6.

³ Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A luta das mulheres por direitos tem produzido resultados que podem servir como paradigma para as mudanças necessárias em nosso país, a exemplo da democratização do Estado e da sociedade brasileira, da criação de novos direitos, da participação no poder, na produção de bens e serviços e nos mecanismos de controle social e, sobretudo, na construção de novos valores para toda a sociedade.

Apesar disso, ainda vivemos em condições econômicas, sociais e políticas injustas. O legado da escravidão e do patriarcado não desapareceu de nossa sociedade e está presente em todos os momentos de nossas vidas. Junta-se a isso os efeitos perversos da reestruturação econômica mundial, da perda constante dos direitos fundamentais, da ausência do Estado em prover as condições para o efetivo exercício da cidadania, aliada às diversas formas de discriminação que nos impedem de viver dignamente.

Traçar diretrizes que neutralizem os efeitos combinados desta realidade é o nosso principal desafio, aliado à transformação destas diretrizes que iremos definir na Conferência em ações efetivas. Neste sentido, reverter as desigualdades raciais deve ser a nossa prioridade.

Reverter as desigualdades raciais: principal desafio para a construção de políticas públicas equânimes

Não custa repetir: é de domínio público os efeitos causados pelo racismo e pelo sexismo na vida das mulheres negras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil terminou o século XX com significativas mudanças sociais, exceto para a população negra. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, 2002, realizada pelo IBGE, "os avanços alcançados nos níveis de educação e rendimento não alteraram significativamente o quadro de desigualdades raciais no Brasil".

Apesar do aumento de anos de estudo de toda a população, os negros continuam com uma diferença histórica de dois anos a menos que os brancos e lideram o índice de analfabetismo – 20% em relação aos brancos (8,3%). Além disso, 56,8% das famílias negras, para 12,7% das brancas, vivem com até meio salário mínimo per capita. O IBGE destaca que, na década de 1990, o aumento de um ano de estudo correspondeu à elevação de 1,2 salários no rendimento de brancos e de meio salário no rendimento de negros.

No que se refere à ocupação, a situação permaneceu a mesma: 23% dos negros permanecem no emprego doméstico, ao contrário de 6,1% dos brancos. Em relação aos empregadores, cresceu em 5,7% o número de empregadores brancos – e somente em 3,2%, o de negros.

Um documento base no processo da CNPM, intitulado Contribuição da Secretaria Especial de Política para a Mulheres para as Conferências Estaduais, 2004⁴, traça o seguinte quadro sobre a mulher negra:

"A distribuição racial da população brasileira tem a seguinte característica: brancos são 55% e os negros 44%, juntos representam cerca de 99% da população, mas a distribuição da riqueza não segue esta distribuição racial. A população não pobre nem indigente é composta de 62% de brancos e 37,5% de negros (pretos e pardos). Estes números ficam mais dramáticos quando se consideram apenas os pobres e indigentes: os pobres, com renda per capita entre meio e um quarto de salário mínimo, são 61 % de negros e os indigentes, abaixo de um quarto de salário mínimo, somam 71% de negros.

Os dados mostram que a concentração da pobreza segue de perto a concentração da população negra. Isso significa que a pobreza tem cor: é negra, seja mulher ou homem.

⁴ Contribuição da Secretaria Especial de Política para a Mulheres para as Conferências Estaduais – Documento Base, 2004. Parte I - Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade.

Como há uma concentração da população negra no Nordeste e Norte, nestas regiões temos também os piores bolsões de pobreza do Brasil. No Nordeste os negros são 70% de sua população; no Sul 84% da população é branca de descendência européia. A região Sudeste apresenta a distribuição racial reversa da encontrada para o Nordeste, isto é, a taxa de participação dos brancos no Sudeste é de 63% e dos negros 36%, ainda diferente da distribuição racial da população brasileira. Essa distribuição expressa a migração européia no Sudeste, apesar do forte afluxo dos nordestinos nos anos entre 1940 e 1960 para a região.

Provavelmente a pobreza explica o fato de que a expectativa de vida das mulheres negras seja inferior à das brancas. A maioria das mulheres presentes na população nacional é de brancas. Na população preta há uma surpreendente maioria masculina e nos pardos há um pequeno número a mais de mulheres. Assim, as condições de vida das mulheres negras contrariam a tendência mundial que as mulheres vivem mais que os homens. A precária situação da saúde sexual e reprodutiva que está diretamente ligada à desigualdade de acesso aos serviços de saúde, talvez seja um dos fatores que provoque a maior mortalidade materna entre as mulheres negras.

Ao lado dos indicadores socioeconômicos, as manifestações de discriminação racial cotidianas, sejam institucionais ou em práticas pessoais, demonstram que os preconceitos raciais permanecem como uma das maiores manifestações de desigualdade, intolerância e injustiça que marcam a realidade brasileira. Embora proibido por lei, o critério da "boa aparência" continua sendo usado favoravelmente aos brancos e desfavoravelmente aos negros nas seleções de muitos tipos de trabalho e funcionando como definidor de contratação funcional.

Na mídia, a imagem da população negra ainda permanece sendo veiculada em

situações de desvantagem e subalternidade. É raro que a mulher negra apareça em outros papéis que não o de empregada doméstica ou colocada em situações de empregos menos valorizados socialmente. A imagem vendida pela mídia, muitas vezes por instituições governamentais, reforça estereótipos e mantém preconceitos. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) pelo governo atual possibilita que as ações integradas com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres venham a combater de modo mais efetivo a discriminação e as desvantagens sociais das mulheres negras no Brasil".⁵

Já podemos falar em consenso sobre os efeitos do racismo, mas ainda não sobre o modo de superá-lo, principalmente quando este é exercido pelo próprio Estado. Falta-nos consenso sobre que práticas políticas podem desconstruir os efeitos combinados destas práticas discriminatórias e, ao mesmo tempo, promover as condições de realização da mulher negra como cidadã, sujeito de direitos. Isto é, fazer das políticas públicas instrumentos efetivos de cidadania.

Cabe lembrar a importante lição aprendida pelos movimentos de mulheres na realização da I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. A articulação entre as diversas opressões não termina com a superação da desigualdade de gênero. Em que pese que as desigualdades entre as mulheres e destas em relação a outros grupos sociais, reconhecê-las e tomar a decisão ética de lutar contra elas fez com que o movimento de mulheres se antecipasse e construísse um dos mais importantes processos políticos na história do feminismo brasileiro, que resultou na Plataforma Política Feminista.⁶

Não temos dúvidas que representa um avanço, para a efetivação de um Estado democrático de direitos, a concepção de políticas públicas universais, mas não te-

⁵ Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais - Documento Base, Brasília, SPM, 2004, página 8.

⁶ A Plataforma Política Feminista, resultado da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, ocorrida em junho de 2002, reuniu 2.000 mulheres de todo o país, com o objetivo de traçar uma plataforma política feminista que pudesse orientar a sociedade e o Estado brasileiro para a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia que afetam todas as mulheres, em qualquer fase de suas vidas.

mos como impedir o avanço sistemático dos efeitos deletérios do racismo, sem que focalizemos ações nas instâncias em que ele é mais perverso. E, aí, é preciso considerar não só a perspectiva transversal em todas as instâncias de políticas de Estado, mas novas práticas a serem adotadas à exemplo das ações afirmativas. As ações afirmativas poderão garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar as perdas e corrigir os efeitos do racismo, acumulados ao longo dos séculos.

Convocadas para participar da I Conferência, nós, mulheres negras, tomamos esta tarefa como um passo fundamental para a efetivação de políticas públicas e de ações afirmativas capazes de promover mudanças no quadro de exclusão a que estamos submetidas historicamente. De certo, esta não será uma tarefa fácil, visto que, até hoje, o Estado brasileiro não reconhece o racismo e o sexismo institucionalizados e suas práticas.

Para modificar esse quadro, é preciso redefinir-se quais são os parâmetros de uma sociedade justa e democrática, o que só pode ocorrer, de fato, com a inclusão da questão racial como eixo estratégico na definição de um modelo de cidadania.⁷ E estamos dispostas cumprir esta tarefa.

⁷Costa, Dácia. *O Perfil do Consumidor Afro-brasileiro*, 1999. CRIOLA/CERES, mimeo.

Populações Indígenas: a questão de gênero e saúde

Marina Machado¹

Os povos indígenas no Brasil somam, de acordo com as informações da Fundação Nacional de Saúde, cerca de 350 mil pessoas, pertencentes a aproximadamente 210 povos, falantes de mais de 170 línguas identificadas. Deste total de pessoas, 48,5% são mulheres. Os povos indígenas também estão presentes em todos os Estados brasileiros, exceto o Piauí e o Rio Grande do Norte, vivendo em 567 terras indígenas, que ocupam cerca de 12% do território nacional. Cerca de 60% dessa população vive no Centro-Oeste e Norte do país. Existem, também, índios e índias que vivem nos centros urbanos, na maioria das vezes, em áreas de periferia.

Em linhas gerais, o processo de contato das populações indígenas com a sociedade envolvente foi marcado, desde o período da colonização do Brasil, pela violência física, pela perda de seus territórios tradicionais, pela ocorrência de doenças e de intensa repressão aos valores culturais desses grupos. Desde as primeiras frentes de expansão até os dias atuais, os povos indígenas são considerados um obstáculo ao progresso. Exemplos recentes, como o caso dos Cinta-Larga e a polêmica em torno da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, servem de ilustração tanto para reconhecermos os discursos que levam à disseminação da idéia de que os índios atrapalham o desenvolvimento quanto para mensurar a falta de entendimento, de sensibilidade e o desconhecimento sobre a riqueza do patrimônio cultural representado pela presença dos povos indígenas no país. Na verdade, a história desses grupos, no território nacional, representa uma das maiores expressões da exclusão social. A Constituição Brasileira de

1988 reconhece que o Brasil é pluriétnico e respeita as organizações socioculturais dos povos indígenas, assegurando-lhes a capacidade civil plena, tornando obsoleta a instituição da tutela, e estabelece a competência privativa da União para legislar e tratar sobre a questão indígena.

Esse pano de fundo se torna ainda mais complexo quando acrescentamos o fato de que os 210 povos indígenas têm diferentes experiências históricas na relação com a nossa sociedade: existem grupos com mais de 300 anos de contato intermitente ou permanente, principalmente nas áreas litorâneas e no baixo curso do rio Amazonas, até grupos com menos de 10 anos de contato. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que atualmente ainda existem mais de 50 grupos que permanecem isolados.

Sendo assim, a abordagem de temas relacionados aos povos indígenas implica um olhar diferenciado, que considere os fatores históricos, geográficos e de situação fundiária, culturais e sociais que envolvem cada povo. Se existem cerca de 170 línguas faladas pelos povos indígenas brasileiros, isso significa que existem 170 formas diferentes de ver o mundo, de entender suas origens, de fazer educação, de entender e explicar processos de saúde e doença e 170 formas de abordar, por exemplo, a questão de gênero.

O acesso aos serviços de saúde como estratégia para a abordagem de gênero

O tema de gênero em sociedades indígenas ainda é pouco discutido e esse desafio tem sido colocado em grande medida para as organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras que trabalham com as populações indígenas, pelas agências de

¹ Enfermeira, coordenadora executiva da Associação Saúde Sem Limites.

cooperação internacional, principalmente aquelas que têm, neste assunto, suas principais linhas de atuação, como forma de diminuir as assimetrias entre homens e mulheres, em termos, principalmente, de direitos. As organizações que lidam com a questão indígena não têm o acúmulo de reflexão, discussão e de intervenção na realidade, que são características e missão das organizações não-governamentais que trabalham com a efetivação dos direitos da mulher. Esse desafio tem sido encarado pelas organizações que atuam com os povos indígenas como uma oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre este aspecto.

Um bom exemplo e, talvez, um ponto de partida para contribuir com a reflexão sobre a abordagem da temática de gênero com povos indígenas, pode ser dado por meio do campo da saúde.

A partir de 1999, o governo brasileiro tomou a decisão política de implantar a organização dos serviços de saúde para os povos indígenas, definindo uma Política Nacional de Saúde, que estava sendo discutida há mais de uma década pelos representantes do movimento indígena e das organizações indigenistas apoiadoras desse movimento. Grosso modo, o modelo assistencial preconiza a execução de ações de saúde, no âmbito da Atenção Primária a todas as comunidades ou aldeias indígenas, considerando as especificidades culturais, geográficas e epidemiológicas de cada povo ou região, estimulando o controle social mediante a participação da população indígena em conselhos de saúde. O modelo preconiza também a articulação dos serviços oficiais de saúde com os sistemas médicos tradicionais e a preparação de profissionais para atuar nesse contexto de interculturalidade.

O modelo assistencial se consubstancia nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, os quais são 34, distribuídos pelo país. O Ministério da Saúde é o gestor desse subsistema de saúde que está articulado ao

Sistema Único de Saúde (SUS); cada Distrito tem um Conselho Distrital de Saúde, o qual presume a participação paritária entre usuários(as) e prestadores(as) de serviço, na deliberação das políticas locais de saúde. A proposta do modelo prevê o planejamento das ações com base na realidade local, o que abre a oportunidade para a construção de sistemas locais de saúde. Um aspecto importante nessa estrutura é a presença de agentes indígenas de saúde, que constituem a primeira referência, na aldeia ou comunidade, do serviço oficial de saúde. Existem, atualmente, cerca de 4 mil agentes indígenas de saúde, sendo que a maioria é do sexo masculino, o que nos remete à questão do processo de escolha desse agente na comunidade. O agente indígena de saúde é indicado pela comunidade, na maior parte dos casos.

Com base na experiência de trabalho em áreas indígenas, especificamente no Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso) e na região do Alto Rio Negro (Amazonas), é possível notar que as mulheres, nessas duas realidades, são as responsáveis pelo cuidado da saúde, principalmente das crianças: são elas que procuram o atendimento médico e de enfermagem e que estabelecem uma relação mais próxima com as equipes da saúde. Ao mesmo tempo, o homem tem um papel mais público, ou seja, são eles que recebem as equipes quando estas chegam à comunidade, são eles que fazem a tradução do português para a língua do povo, enfim, são os homens que estabelecem, com maior intensidade, as relações com a sociedade envolvente. Eles viajam para centros urbanos para representar as comunidades ou associações de base, para estabelecer parcerias com agências de cooperação internacional, presidem reuniões comunitárias, etc. Sendo o papel do homem indígena, nessas duas regiões distintas, o daquele que faz a interlocução com os representantes dos não-índios, a tendência das equipes é se di-

recionar para os homens, o que acaba sendo potencializado pelo trabalho de formação em serviço dos(as) agentes indígenas de saúde e pela participação eminentemente masculina no espaço do Conselho Distrital de Saúde. Os homens são a referência.

As iniciativas de criar espaços específicos para as mulheres discutirem seus problemas de saúde e para que avaliem, por exemplo, a qualidade dos serviços a elas prestados, ainda são bastante incipientes. Existe, entretanto, um espaço amplo para o trabalho com as mulheres. Elas detêm conhecimentos tradicionais sobre a economia do grupo, a provisão de alimentos, sobre o processo reprodutivo, sobre os cuidados com os filhos e filhas e influenciam, decisivamente, as deliberações expressadas pelos homens, mesmo que isso escape aos nossos olhos. Na região do Alto Rio Negro, as mulheres expressaram, em um encontro de mulheres, que sentem dificuldade em procurar o agente indígena de saúde quando elas têm problemas relativos às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e sugeriram que a comunidade deveria contar com outras mulheres que pudessem orientá-las nessas situações. Essa é uma demanda concreta de melhoria na oferta dos serviços de saúde, a qual seria um ponto de partida para a realização de atividades de educação coletivas para as mulheres, no cuidado e prevenção de doenças. Ainda na região do alto Rio Negro, o número de adolescentes grávidas e solteiras tem aumentado nos últimos anos. Existe uma relação desta situação com a forte presença missionária, que reprime o uso de métodos anticoncepcionais, e com o grande contingente masculino existente na região, que afluí de diversas partes do país (militares, comerciantes, garimpeiros).

Investigar esses processos e o papel da mulher nas sociedades indígenas, com base no campo da saúde, nos parece uma forma interessante e pertinente de averiguar como se dão as relações de gênero nas sociedades indígenas.

Propostas para uma metodologia de abordagem

Como já comentado, não existe uma metodologia prévia para a trabalhar a questão de gênero entre os povos indígenas; para cada povo, haverá uma forma de abordagem. Algumas sugestões têm sido discutidas entre os(as) profissionais que atuam com os povos indígenas e algumas iniciativas para a investigação do tema estão sendo delineadas. Um exemplo disso é a proposta da Rede Saúde Indígena na Amazônia (Siama)², que congrega organizações indígenas e organizações apoiadoras do movimento indígena do Brasil, da Colômbia e da Venezuela, com o objetivo de construir propostas voltadas para a adequação dos serviços de saúde para as populações indígenas que vivem em área de fronteiras entre países. Dentre os temas a serem tratados no âmbito dessa rede, inclui-se a questão de gênero.

Existe um consenso entre os(as) participantes que a abordagem deve considerar as relações de parentesco, o estudo da mitologia e a forma da organização social dos povos indígenas e, a partir daí, traçar estratégias, com a participação de homens e mulheres indígenas, para a abordagem de gênero.

Torna-se fundamental, portanto, o aporte da antropologia para que a abordagem seja adequada a cada povo e, também, considerar o tipo de relação histórica e suas conseqüências, refletidas nas transformações culturais. Na verdade existem muitas perguntas a serem feitas, principalmente para as mulheres indígenas: Qual a percepção de seu papel na sociedade? Quais as mudanças sociais e culturais que as têm atingido? Como essas mudanças as tem atingido? Para os que apoiam o movimento indígena, as perguntas devem trilhar o caminho da busca do entendimento se a **questão de gênero é ou não um problema nas sociedades indígenas**, ressaltando que essas sociedades têm outro modo de produção, outros valores e diversos aspectos sociais

² Para mais informações, acessar o site www.redsiama.org.

que podem não corresponder à nossa visão ocidental. Será que as populações indígenas têm mecanismos mais interessantes que os nossos para lidar com a questão do gênero? Existe violência doméstica e, se existe, isso está relacionado com a problemática do alcoolismo, por exemplo? Como se dá a participação da mulher indígena nos espaços de deliberação das questões de saúde?

Outro aspecto importante trata das diferentes trajetórias das mulheres indígenas. Existe um movimento crescente de mulheres que estão atuando em associações indígenas com abrangência local, regional, nacional e internacional, assim como em associação de mulheres, mulheres indígenas com nível universitário, mulheres que vivem nas aldeias e que se comunicam pouco em português, mulheres exploradas sexualmente por garimpeiros, madeireiros, militares.

Por tudo isso, as mulheres indígenas precisam ser escutadas, e essa escuta deve ser sensível às suas reais demandas. Com base nessas investigações, também é importante disseminar os seus resultados nos espaços de deliberação das políticas de saúde para os povos indígenas, na tentativa de influenciar positivamente essas políticas, para a construção de serviços de saúde sensíveis a questão de gênero.



Abong Nacional
Rua General Jardim, 660 - 7º andar
CEP 01223-010 São Paulo/SP
Tel./Fax: (11) 3237-2122
E-mail: abong@uol.com.br
Site: www.abong.org.br

Escritório Abong em Brasília
SCS - Qd.08 Bloco B-50 Sala 417
Edifício Venâncio,2000
CEP: 70333-970 Brasília - DF
Tel.: (61) 226-9126
E-mail: abongbrasil@uol.com.br